Wladimir Gramacho*

Análise Social, vol. XLIII (3.º), 2008, 531-550

Popularidade e economia no semipresidencialismo português

Este artigo analisa a aplicação da função castigo-recompensa em relação à popularidade do presidente e do primeiro-ministro em Portugal no Inverno de 2006. A teoria do voto económico considera que o contexto institucional dos cidadãos pode dificultar a imputação de responsabilidades pelo desempenho económico do governo. Ao contrário do que sugeriram trabalhos anteriores, este estudo mostra que o semipresidencialismo português não parece impor barreiras a que os portugueses castiguem o governo (e não o presidente) pelas más condições económicas.

Palavras-chave: voto económico; popularidade; semipresidencialismo; Portugal.

This article analyses the application of the punishment-reward function to the popularity of the president and prime-minister in Portugal, in the winter of 2006. The theory of the economic voting holds that the institutional context of citizenship may make it difficult to assign responsibility for the government's economic performance. Contrary to what earlier works have suggested, this study shows that Portuguese semipresidentialism does not seem to place barriers in the way of the Portuguese punishing the government (and not the president) for adverse economic circumstances.

Keywords: economic voting; popularity; semipresidentialism; Portugal.

Este texto analisa a influência das avaliações económicas dos cidadãos sobre a popularidade do chefe de Estado e do chefe do governo em Portugal. Apesar de volumosa, a literatura sobre o voto económico[1] dedicou uma escassa atenção ao contexto institucional sob o qual essa teoria espera ver aplicada a função castigo-recompensa (isto é, que os cidadãos aprovem ou reprovem os governos por bons ou maus resultados económicos). Especialmente escassos são os estudos sobre o exercício do voto económico em contextos semipresidencialistas, nos quais a coexistência de um presidente e de um primeiro-ministro pode dificultar aos cidadãos a tarefa de julgarem o desempenho do governo em função dos resultados económicos por este produzidos[2].

* Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de Brasilia.

[1] É importante frisar que, apesar do nome, a teoria do voto económico não trata só do voto. Uma parte considerável dos estudos ocupa-se da aprovação dos governos (isto é, da sua popularidade) e não da eleição dos governos.

[2] A expectativa de que os cidadãos devem controlar os seus governos está presente em diferentes teorias da democracia, como a teoria da agência sobre a representação política

Nesse sentido, Portugal constitui um marco empírico particularmente relevante para o teste das hipóteses colocadas pela teoria do voto económico[3]. Embora o semipresidencialismo português já não conceda extensos poderes ao presidente da República, como sucede em França, ou acontecia em Portugal até à reforma constitucional de 1982, ainda lhe reserva atribuições que conferem ao cargo uma relevância muito superior àquela que detêm as simbólicas figuras do chefe de Estado nos regimes semipresidenciais da Áustria ou da Islândia (Siaroff, 2003)[4]. Mas essa relevância faz com que os portugueses culpem também o presidente da República pelo estado da economia, em vez de responsabilizarem exclusivamente o primeiro-ministro, chefe do governo?

As próximas secções pretendem fornecer uma resposta a esta questão, baseando-se numa análise *cross-sectional* dos dados do inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006 realizado pelo projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses»[5]. O argumento está dividido em três partes. A primeira resume a teoria sobre o voto económico, com ênfase nos efeitos do contexto institucional, e discute os trabalhos precedentes sobre a interacção entre o semipresidencialismo e a aplicação da função castigo-recompensa. A segunda parte apresenta as variáveis contempladas na análise empírica deste estudo e os resultados de modelos de regressão logística binomial que estimam a probabilidade de um cidadão aprovar as gestões do presidente e do primeiro-ministro. Finalmente, a terceira secção discute os resultados deste trabalho e aponta algumas linhas para pesquisa futura.

A FUNÇÃO CASTIGO-RECOMPENSA E O CONTEXTO INSTITUCIONAL

A teoria do voto económico surgiu no início da década de 70 do século XX com a publicação de três artigos sobre o comportamento político de americanos e ingleses, feitos com base em dados agregados. Os estudos longitudinais de Goodhart e Bhansali (1970), Mueller (1970) e Kramer (1971)

(Maravall, 2003) e a teoria espacial sobre o comportamento racional dos actores políticos. Ambos os modelos compartilham a suposição de que os representantes devem responder aos interesses dos representados *(responsiviness)* e devem ser controlados por estes *(accountability)*.

[3] Para revisões recentes da literatura sobre a teoria do voto económico, v. os trabalhos de Paldam (2003) e Dorussen e Palmer (2002).

[4] É possível afirmar que a reforma de 1982 aumentou, inclusive, a liberdade de acção do presidente na medida em que as suas divergências com o primeiro-ministro puderam ser publicamente reveladas. Em resumo, o presidente perdeu o poder de demitir o primeiro-ministro, mas ganhou em troca a possibilidade de se distanciar dele em momentos de divergência.

[5] O projecto é desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), sob a coordenação geral de António Barreto e a coordenação executiva de André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães.

ofereceram evidência empírica favorável à hipótese de que a popularidade dos governos, tanto em pesquisas de opinião pública quanto nas urnas, é sensível às condições económicas[6]. No entanto, desde então, diferentes estudos indicaram algumas limitações à aplicação da função castigo-recompensa.

Uma dessas limitações, de particular interesse neste estudo, foi revelada em 1993 num trabalho pioneiro de G. Bingham Powell e Guy D. Whitten, o qual se insere, claramente, numa tradição neoinstitucionalista. Estes autores comprovaram que o contexto e os diversos desenhos institucionais (e. g., governo de minoria ou coligação *versus* governo de maioria; bicameralismo *versus* unicameralismo) em que está inserido o cidadão podem produzir na opinião pública diferentes níveis de clareza quanto à imputação de responsabilidades pelo estado da economia[7].

O artigo de Powell e Whitten mostrou que os governos nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Nova Zelândia, por exemplo, operam em contextos de grande clareza institucional, os quais não impõem dificuldades adicionais aos cidadãos na atribuição de responsabilidades pela condução da política económica e no castigo ou recompensa dos governos fracassados ou dos bem sucedidos. O que não ocorre com a mesma frequência e intensidade em países como a Noruega, a Finlândia ou a Holanda, onde a clareza de responsabilidades é menor[8]. Usando as palavras de Powell e Whitten, «quanto maior é a percepção de controlo unificado da política económica pelo governo em funções, mais provável é que os cidadãos atribuam responsabilidade pelos resultados económicos e políticos a esse governo» (1993, p. 398, tradução do autor)[9].

O semipresidencialismo só começou a ser estudado como um empecilho institucional na aplicação da função castigo-recompensa com os trabalhos de Lewis-Beck (1997) e Lewis-Beck e Nadeau (2000). Analisando o caso francês, estes autores sugeriram que a dinâmica do semipresidencialismo exige sofisticação por parte dos cidadãos para entenderem o contexto institucional

---

[6] Essa hipótese teve origem em estudos anteriores de Downs (1957) e Key (1958 e 1966).

[7] Foram analisados os resultados eleitorais do período de 1969 a 1988 em 19 democracias (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos).

[8] Uma interpretação desses resultados baseada nos conceitos de Lipjart (2000) poderia sustentar que as democracias maioritárias facilitam a aplicação da função castigo-recompensa ao produzirem ganhadores absolutos, enquanto as democracias consensuais dificultam o controlo dos governos ao produzirem ganhadores parciais.

[9] Um teste da hipótese de Powell e Whitten (1993) foi realizado, para o caso português, por Freire e Lobo (2005), que mostraram que a intenção de voto no partido do governo entre 1985 e 2000 foi afectada pela percepção das condições económicas nacionais. Entretanto, esse efeito foi idêntico tanto durante governos de coligação (1983-1985) como de minoria (1995-1999) ou ainda de maioria (1987-1995).

e castigarem, ou recompensarem, a entidade política correcta. Até 1981, os eleitores franceses consideravam o presidente responsável pela economia, pois a V República ainda não havia produzido nenhum governo em que partidos diferentes ocupassem a chefia do governo e do Estado. Entretanto, durante a longa presidência do socialista François Mitterrand (1981-1995) houve dois períodos de coabitação, o primeiro durante o governo do primeiro-ministro Jacques Chirac (1986-1988) e depois durante o governo de Edouard Balladur (1993-1995), ambos do partido direitista RPR (actual UMP).

Segundo Lewis-Beck e Nadeau, durante os períodos de coabitação os franceses castigavam ou recompensavam o primeiro-ministro pelas condições económicas, e já não o presidente, demonstrando compreender correctamente que este deixava de ser responsável pelas decisões e pelo desempenho do governo. Além disso, o impacto da percepção sobre o estado da economia nacional foi menor durante períodos de coabitação — resultado consistente com as conclusões de Powell e Whitten, segundo as quais os contextos institucionais mais complexos dificultam a atribuição de responsabilidades.

Na mesma linha de argumentação, o estudo comparativo de sistemas semipresidenciais feito por Gómez Fortes e Magalhães (2005) mostrou que o crescimento da economia só teve influência sobre os resultados de eleições presidenciais em países onde o chefe de Estado detinha um importante número de atribuições constitucionais relevantes. Em Portugal, ainda que nos seis primeiros anos de democracia o presidente tenha detido importantes poderes pró-activos, como os poderes de nomeação discricionária e de formação do governo, a reforma constitucional de 1982 reduziu as faculdades presidenciais a um papel reactivo (Gómez Fortes e Magalhães, 2005; Amorim Neto, 2006). Nesse sentido, reduziu também as hipóteses de a popularidade do presidente depender das condições da economia, uma vez que o chefe de Estado português não tem atribuições nessa matéria.

Assim, foi desconcertante, sob o ponto de vista teórico, o resultado obtido por Veiga e Veiga (2004b) no seu estudo sobre as funções de popularidade do presidente e do primeiro-ministro em Portugal durante o período de 1986-2001[10]. As análises de séries históricas publicadas pelos autores mostraram que os índices de popularidade de ambas as entidades políticas foram significativamente influenciados pela variação da taxa de desemprego e do indicador de confiança calculado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Ou seja, quando o indicador de confiança subia e o desemprego caía, os índices de popularidade destas duas entidades políticas aumentavam.

O resultado surpreendeu os próprios autores do estudo, uma vez que esperavam que o presidente «não fosse responsabilizado pelo estado da

[10] Versões anteriores desse trabalho, utilizando diferentes períodos de tempo, apresentaram os mesmos resultados (Veiga, 1998, para o período de 1986-1995; Veiga e Veiga, 2004a, para o período de 1986-1999).

economia», por ser mínima a «sua influência sobre as políticas económicas adoptadas» (2004b, p. 141). Veiga e Veiga consideraram que «os eleitores portugueses poderão estar mal informados sobre os poderes do presidente neste domínio ou entender que, por se tratar do chefe de Estado, devia ser capaz de influenciar a política posta em prática pelo governo» (2004b, 141).

Pelo menos quatro hipóteses alternativas podem ser formuladas para interpretar os resultados obtidos pelos referidos autores. A primeira é que a influência da economia (isto é, do desemprego e do indicador de confiança) sobre a popularidade do presidente em Portugal durante o período de 1986-2001 estaria relacionada com uma fase de governo dualista unipartidário, mas que tal não se verificaria, provavelmente, nos períodos de coabitação[11]. Em Portugal, como em França (Lewis-Beck e Nadeau, 2000), seria compreensível que os cidadãos recompensassem ou castigassem o presidente e o primeiro-ministro pelas boas ou más condições económicas se interpretassem que ambos pertenciam ao mesmo partido e que, nessa medida, compartilhavam responsabilidades pelo estado da economia[12]. A segunda explicação alternativa é a de que a relação observada numa análise com dados agregados (nível macro) simplesmente desapareça quando reanalisada com dados individuais (nível micro). Ou seja, que o resultado apresentado por Veiga e Veiga seja produto da falácia ecológica descrita por Robinson (1950)[13]. A terceira hipótese é aquela que admite que a economia deixe de ser uma variável independente significativa para a popularidade do presidente num modelo que considere a avaliação dos cidadãos sobre temas que são, efectivamente, da competência do presidente. Finalmente, uma quarta explicação baseia-se na hipótese de que o estilo pessoal de Mário Soares (1986-1996) e da sua «presidência aberta» tenha dado a (falsa) impressão de que, no semipresidencialismo português, o presidente tem poderes sobre a política económica e, portanto, pode ser responsabilizado pelos seus resultados. Os dados disponíveis nesta análise permitem reflectir sobre as três primeiras possibilidades.

A próxima secção apresenta uma nova abordagem sobre a aplicação da função castigo-recompensa em relação à popularidade do presidente e do

---

[11] Durante quase toda a presidência do socialista Mário Soares (1986-1996), o governo esteve a cargo do social-democrata Aníbal Cavaco Silva (1986-1995). Entretanto, entre 1996 e 2001, o Partido Socialista deteve tanto a presidência (primeiro com Mário Soares e logo com Jorge Sampaio, 1996-2006) como o governo (António Guterres, 1995-2002).

[12] Além disso, do ponto de vista econométrico, sabe-se que a instabilidade temporal dos coeficientes é um reconhecido problema nas funções de popularidade (Lewis-Beck e Paldam, 2000). Nas palavras de Lin (1999), o paradoxo das séries históricas é que poucas delas se preocupam com a história.

[13] Os próprios autores, frise-se, trataram com muita cautela o resultado encontrado e reconheceram as limitações de análises feitas com dados agregados. Especial referência foi feita à falta de indicadores para a classe social, a religiosidade, a localização geográfica e a identificação partidária.

primeiro-ministro em Portugal, feita com base em dados individuais sobre a avaliação da gestão do presidente Jorge Sampaio e do primeiro-ministro José Sócrates no Inverno de 2006. O contexto oferece uma oportunidade idónea para testar o resultado de Veiga e Veiga, por duas razões. Em primeiro lugar, Sampaio e Sócrates são do mesmo partido, pelo que seria compreensível, como já foi dito, que os portugueses os encaressem como «jogadores da mesma equipa», atribuindo a ambos responsabilidades pelo estado da economia. Em segundo lugar, Sampaio vivia os últimos dias dos seus dez anos de presidência, enquanto Sócrates acabava de sair do período de «estado de graça», ao completar onze meses de mandato. Nesse sentido, os portugueses poderiam, inclusive, entender que Sampaio era tão ou mais responsável do que Sócrates pelo estado da economia.

DADOS E ANÁLISES

Como foi já referido, os dados analisados neste estudo foram produzidos pelo inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006, realizado sob a égide do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses» do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). As entrevistas foram aplicadas entre os dias 25 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006 e recolheram as opiniões de 1012 inquiridos sobre diferentes temas. De especial interesse para este estudo são as questões sobre o «desempenho geral do presidente Jorge Sampaio» e sobre o «desempenho geral do governo de José Sócrates». O quadro n.º 1 descreve as avaliações feitas pelos inquiridos.

Avaliações do desempenho geral do presidente Jorge Sampaio e do primeiro-ministro José Sócrates
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

	PR Jorge Sampaio	PM José Sócrates
Muito bom	11,6	3,2
Bom	68,6	52,2
Mau	16,3	33,8
Muito mau	3,5	10,8
Total	100,0	100,0
Aprovação (bom + muito bom)	80,2	55,4
Reprovação (mau + muito mau)	18,8	44,6
Total (percentagem)	100,0	100,0
N	945	897

Fonte: Inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006, realizado no âmbito do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses» (ICS-UL).

Os dados mostram que o presidente Jorge Sampaio chegou ao final do seu segundo mandato com um nível de aprovação muito alto (80%), enquanto o trabalho do governo de José Sócrates, com menos de um ano de mandato, dividia praticamente ao meio as opiniões dos inquiridos: 55% aprovavam o seu governo e 45% reprovavam-no. Na análise estatística inferencial, as avaliações do presidente e do primeiro-ministro foram transformadas em variáveis *dummy* com valor «1» em caso de aprovação e valor «0» em caso de reprovação. A perda de informações sobre a intensidade da avaliação provocada por essa recodificação é compensada pela simplicidade na interpretação dos resultados e pela concentração da análise em factores cruciais que determinam respostas positivas *versus* repostas negativas[14].

Em relação às questões de natureza económica, os portugueses revelaram-se muito insatisfeitos com o estado da economia do país. Os dados do quadro n.º 2 demonstram que uma larga percentagem dos inquiridos, nada menos do que 84%, considerava que o estado da economia nacional era mau ou muito mau. Entretanto, a maioria considerava que o nível de vida do seu agregado familiar não era, naquele momento, nem bom nem mau.

Avaliação da economia em Portugal e do nível de vida do agregado familiar actual dos inquiridos
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	Economia actual	Nível de vida actual
Muito bom	0,5	1,1
Bom	0,7	16,6
Nem bom nem mau	14,5	61,2
Mau	46,7	15,5
Muito mau	37,6	5,6
Total (percentagem)	100,0	100,0
N	994	1000

Fonte: Inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006, realizado no âmbito do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses» (ICS-UL).

A variação do estado da economia nacional e das finanças familiares ao longo do ano que precedeu o inquérito também foi bastante negativa. O quadro n.º 2 informa-nos de que 62% dos inquiridos consideravam que a economia

[14] Essa recodificação também é consistente com o «axioma da resposta» formulado por Zaller (1992, p. 49), segundo o qual existe uma moderada instabilidade nas respostas de indivíduos aos inquéritos de opinião pública devido ao facto de basearem essas respostas numa média das considerações e factos imediatamente mais salientes para eles. A recodificação proposta permite «corrigir» essa instabilidade, ao resumir as respostas a uma dicotomia.

nacional havia piorado no ano anterior. Além disso, quase metade (43%) acreditava que as condições económicas dos seus agregados familiares tinham piorado no ano anterior, o que sugere a existência de um importante e amplo estado de insatisfação económica que afligia pessoalmente uma percentagem expressiva de cidadãos.

Avaliação da economia em Portugal e do nível de vida do agregado familiar no ano de 2005
(em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

	Economia retrospectiva	Nível de vida retrospectivo
Melhorou muito	0,2	0,4
Melhorou pouco	11,5	7,9
Ficou na mesma	26,1	49,0
Piorou pouco	36,9	33,4
Piorou muito	25,4	9,3
Total (percentagem)	100,0	100,0
N	986	1000

Fonte: Inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006, realizado no âmbito do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses» (ICS-UL).

Variação anual de alguns indicadores macroeconómicos em Portugal
(em percentagem)

[QUADRO N.º 4]

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Preços ao consumidor	4,4	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1
Desemprego	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7
PIB	2,0	0,8	–0,7	1,3	0,5	1,3
Indicador de confiança (*a*)	–26,0	–41,0	–35,5	–37,0	–41,0	–29,1

(*a*) O indicador de confiança resulta da média aritmética de respostas dos consumidores sobre as suas expectativas, nos 12 meses seguintes, em relação à situação financeira do seu lar, à situação económica geral do país e ao comportamento do desemprego. Os dados referem-se ao mês de Dezembro de cada ano.

Fonte: INE, 2007.

Os resultados macroeconómicos registados pelo INE nos últimos anos ajudam a entender a insatisfação dos inquiridos em relação ao estado da economia. Ainda que a inflação estivesse em queda até 2005, a taxa de

desemprego havia praticamente duplicado, passando de 4% em 2001 para 7,6% em 2005, e o crescimento económico fora tímido. Com razão, portanto, os portugueses estavam não só insatisfeitos, como mostram os dados do inquérito, mas também desconfiados em relação ao comportamento futuro da economia, conforme mostra o indicador do INE.

Uma vez que o questionário pós-eleitoral de 2006 contemplou um extenso leque de assuntos, os efeitos explicativos das variáveis económicas poderão ser controlados por diversas variáveis políticas e socioeconómicas que podem também influenciar a popularidade das entidades políticas. Especificamente, os modelos analisados a seguir contemplam duas variáveis políticas (ideologia e simpatia partidária[15]) e seis indicadores socioeconómicos (género, idade, escolaridade, classe social, desemprego e região). Uma vez que tanto o presidente como o primeiro-ministro pertenciam ao Partido Socialista, esperava-se que a variável «ideologia» fosse de sinal negativo (quanto mais à direita fosse o indivíduo, menos provável seria que aprovasse estas duas entidades políticas). Segundo o mesmo princípio, previa-se que a simpatia pelo PS aumentasse a probabilidade de aprovação do presidente e do primeiro-ministro, e a simpatia pelos demais partidos reduzisse essa probabilidade.

As variáveis económicas subjectivas, ainda que sejam ordinais no seu formato original, serão interpretadas como variáveis contínuas — acompanhando a prática tradicional na literatura (Lewis-Beck e Nadeau, 2000; Freire e Lobo, 2005; Fraile, 2005). Não tenho expectativas teóricas para as variáveis socioeconómicas, dado que a sua função, neste modelo, é apenas de controlo estatístico. O anexo apresenta as variáveis introduzidas neste estudo e explica a sua codificação[16].

Em termos formais, os modelos a serem estimados partem da seguinte função: Logit (aprovação) = ß0 + ß1 * economia retrospectiva + ß2 * nível de vida retrospectivo + ß3 * ideologia + ß4 * BE + ß5 * CDS-PP + ß6 * CDU-PCP + ß7 * PS + ß8 * PSD + ß9 * mulher + ß10 * idade + ß11 * escolaridade + ß12 * classe social + ß13 * desemprego + ß14 * Região Norte + ß15 * Região Centro + ß16 * Região do Alentejo + ß17 * Região do Algarve.

O quadro n.º 5 contém informações sobre os coeficientes dos modelos de regressão logística binomial que estimaram a probabilidade de que os

---

[15] Foram eliminados da análise os entrevistados que se identificaram com outros partidos (4 casos), que não respoderam se se sentiam próximos de algum partido (22) ou que não souberam fazê-lo (16), assim como aqueles que não souberam dizer o nome do partido preferido (6) ou que preferiram não o indicar (24).

[16] As variáveis independentes foram transformadas para o intervalo 0-1. Essa técnica, descrita por Fraile (2005), permite fazer uma comparação imediata entre o poder explicativo das variáveis independentes em cada modelo. Entretanto, cumpre dizê-lo, os coeficientes de um modelo não são directamente comparáveis com os dos restantes modelos.

inquiridos aprovassem o trabalho do presidente Jorge Sampaio face à possibilidade de o reprovarem, e que aprovassem o governo de José Sócrates, também face à possibilidade de o reprovarem. Ao lado dos coeficientes significativos, fornece também informações sobre o impacto máximo dessa variável *(first difference)* para um indivíduo médio-modal, seguindo procedimento idêntico a aplicações anteriores registadas na literatura (King, 1989; Alvarez *et al.,* 2000; Beck *et al.,* 2002)[17].

Coeficientes de regressão logística (e desvios-padrão) de modelos explicativos da aprovação do trabalho do presidente Jorge Sampaio e do governo de José Sócrates

[QUADRO N.º 5]

	P (aprovação do trabalho do PR Jorge Sampaio)		P (aprovação do governo do PM José Sócrates)	
	Coeficiente	*First difference*	Coeficiente	*First difference*
Economia				
Economia actual	1,011*	+14%	0,923*	+22%
	(,583)	–	(0,504)	–
Economia retrospectiva	1,025**	+14%	2,665***	+53%
	(0,473)	–	(0,424)	–
Nível de vida actual	0,612	–	1,249**	+30%
	(0,618)	–	(0,579)	–
Nível de vida retrospectivo	0,546	–	0,425	–
	(0,562)	–	(0,507)	–
Política				
Ideologia	–0,881*	–13%	–0,679*	–17%
	(0,452)	–	(0,409)	–
Partido: BE	0,108	–	-0,289	–
	(0,534)	–	(0,447)	–
Partido: CDS-PP	–0,039	–	–0,796*	–20%
	(0,518)	–	(0,484)	–
Partido: CDU-PCP	–0,301	–	–0,506	–
	(0,457)	–	(0,421)	–
Partido: PS	0,527*	+7%	0,717***	+16%
	(0,286)	–	(0,238)	–
Partido: PSD	–0,067	–	–0,152	–
	(0,256)	–	(0,237)	–
Indicadores socioeconómicos		–		
Mulher	0,102	–	–0,225	–
	(0,201)	–	(0,179)	–
Idade	–0,418	–	0,103	–
	(0,500)	–	(0,456)	–

[17] Estima-se a diferença entre um modelo no qual a variável de interesse tem o seu valor mínimo («0») e o mesmo modelo em que se atribui o valor máximo («1») a essa variável. A diferença entre ambas as probabilidades estimadas é o impacto *(first difference)* que se pretende conhecer. Os valores das demais variáveis são mantidos nas suas médias (para variáveis contínuas) ou modas (para variáveis categóricas).

	P (aprovação do trabalho do PR Jorge Sampaio)		P (aprovação do governo do PM José Sócrates)	
	Coeficiente	***First difference***	**Coeficiente**	***First difference***
Escolaridade	–0,550	–	–0,381	–
	(0,524)	–	(0,476)	–
Classe social	–0,515	–	–0,260	–
	(0,467)	–	(0,415)	–
Desemprego	–0,128	–	0,238	–
	(0,344)	–	(0,338)	–
Região: Norte	–0,236	–	0,045	–
	(0,240)	–	(0,218)	–
Região: Centro	–0,059	–	0,032	–
	(0,271)	–	(0,238)	–
Região: Alentejo	0,139	–	–0,175	–
	(0,482)	–	(0,401)	–
Região: Algarve	0,000	–	–0,832	–
	(0,609)	–	(0,546)	–
Constante	1,421**	–	–0,836	–
	(0,560)	–	(0,517)	–
N	698	–	666	–
$-2LL_0$ inicial	705,165	–	908,799	–
$-2LL_1$ final	667,225	–	780,709	–
$(2LL_0) - (-2LL_1)$	37,940***	–	128,090***	–
R^2 Cox & Snell	0,053	–	0,175	–
R^2 Nagelkerke	0,083	–	0,235	–

* Significativo ao nível 0,10.
** Significativo ao nível 0,05.
*** Significativo ao nível 0,01.

Os resultados mostram que, ainda que Sampaio e Sócrates fossem do mesmo partido e que este estivesse apenas há onze meses no governo e aquele há quase dez anos na presidência, a responsabilidade pelas más condições económicas do país e dos inquiridos recaiu com muito maior intensidade sobre o chefe do governo do que sobre o chefe de Estado. Se um indivíduo médio-modal da amostra[18] deixasse de considerar que o estado da economia era «muito mau» e passasse a avaliá-lo como «muito bom», a probabilidade de vir a aprovar o trabalho de Sampaio aumentava 14%. Uma mudança idêntica incrementaria em 22% a probabilidade de aprovar o gover-

[18] Mulher, com 39 anos, residente na Região Norte, sem preferência por nenhum partido, com valor 5 na escala ideológica, com estudo básico completo, não desempregada, que disse pertencer à classe média-baixa e que considerava que o estado actual da economia em Portugal era «mau», que a economia nacional havia «piorado pouco» no último ano, que o nível de vida do seu agregado familiar no último ano havia ficado «na mesma» e que o nível de vida actual do agregado familiar não era «nem bom nem mau».

no de Sócrates. A diferença no impacto da variável sociotrópica retrospectiva é ainda mais pronunciada: 14% sobre a probabilidade de aprovar o trabalho do presidente e 53% sobre a probabilidade de aprovar o governo do primeiro-ministro. Finalmente, o presidente não foi responsabilizado pelas condições de vida dos inquiridos no momento da entrevista, ao contrário do que sucedeu em relação ao primeiro-ministro, com impacto de 30%. Este resultado é consistente com a literatura, pois as variáveis sociotrópicas têm, frequentemente, maior poder explicativo do que as egocêntricas[19].

No que diz respeito às variáveis políticas, a ideologia tem o sinal esperado em ambos os casos: quanto mais à direita se encontrava o inquirido, menos provável era a aprovação de um presidente e de um primeiro-ministro socialistas. Pelo contrário, a simpatia pelo PS aumentava a probabilidade de aprovação de ambas as entidades políticas[20]. Entre os partidos da oposição, só os simpatizantes do CDS-PP demonstraram reprovar com maior intensidade o governo de José Sócrates. Preferir o CDS-PP reduzia em 20% a probabilidade de aprovar o governo socialista, em comparação com os cidadãos independentes.

Em síntese, os resultados do quadro n.º 5 revelam que o impacto da economia sobre a popularidade do presidente Jorge Sampaio, ainda que estatisticamente significativo, era bastante reduzido. O mesmo não se pode dizer quanto à influência da economia sobre a popularidade do governo de Sócrates. O impacto da variável «economia retrospectiva» era por si só suficiente para fazer com que o indivíduo modal deixasse de reprovar o governo e passasse a aprová-lo se a sua avaliação da economia em Portugal no último ano mudasse da resposta «piorou muito» para a resposta «melhorou muito».

O gráfico n.º 1 simula o impacto dessa variável. Para um individuo médio-modal da amostra que considerasse que no último ano o estado da economia em Portugal havia piorado muito, a probabilidade de aprovar o governo do primeiro-ministro era de apenas 37%. Se considerasse que havia melhorado muito, essa probabilidade aumentava para 90%, uma mudança determinante. Ou seja, os resultados sugerem que os portugueses não confundiam as funções das instituições do seu regime semipresidencialista e que aplicavam a função castigo-recompensa contra o chefe do governo em maior medida do que contra o chefe de Estado.

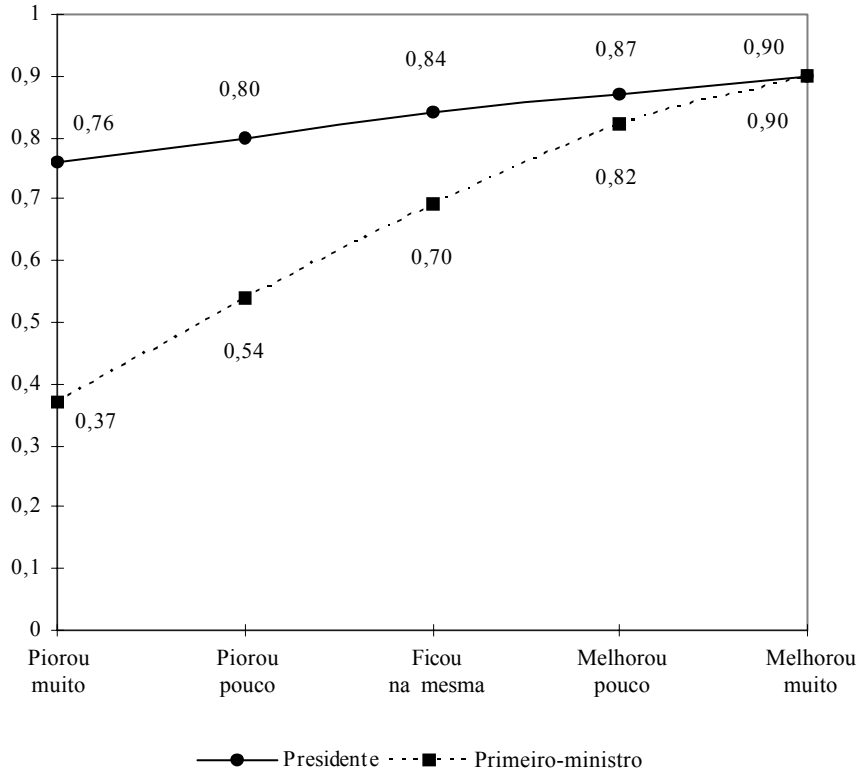
---

[19] V. Fraile (2005) e Dorussen e Palmer (2002).

[20] Apesar de ser significativa ao nível 0,001, a correlação entre as variáveis «ideologia» e «PS» é de apenas −0,176, sugerindo um problema irrelevante de multicolinearidade no modelo. Provavelmente, a principal explicação para esse resultado é que uma percentagem importante dos portugueses (42% da amostra) não se sente próxima de nenhum partido. Entretanto, isso não significa que não possa identificar-se com valores e posições de esquerda, do centro ou da direita.

Simulação do impacto da variável «economia retrospectiva» sobre a probabilidade de um indivíduo médio-modal aprovar a gestão do presidente e do primeiro-ministro

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: Inquérito telefónico pós-eleitoral de 2006, realizado no âmbito do projecto de investigação «Comportamento Eleitoral dos Portugueses» (ICS-UL).

Porém, uma lacuna do modelo anterior é que ele não introduz nenhuma variável que explique a popularidade do presidente em função do seu desempenho nas tarefas que, efectivamente, são da sua responsabilidade. Nesse sentido, a influência da economia não foi controlada por variáveis que tenham em conta as avaliações dos cidadãos sobre áreas nas quais o presidente detém efectivas atribuições constitucionais. O inquérito pós-eleitoral de 2006 não contemplou questões directas sobre a avaliação das mensagens dirigidas pelo presidente à Assembleia da República [artigo 133.º, alínea *d*), da Constituição], sobre o desempenho das Forças Armadas [artigo 134.º, alínea *a*)], ou sobre o uso do direito de veto (artigo 136.º), por exemplo. Entretanto, recolheu-se

a opinião dos inquiridos sobre o grau desejável de intervenção do sucessor de Jorge Sampaio, o então recém-eleito presidente Aníbal Cavaco Silva.

A pergunta formulada foi a seguinte: «Tendo em conta o que se passou nos dois mandatos do presidente Jorge Sampaio, em sua opinião, o futuro PR deve intervir menos na condução dos assuntos políticos do país, deve ter uma intervenção na condução dos assuntos políticos do país semelhante à de Jorge Sampaio ou deve intervir mais na condução dos assuntos políticos do país?» Ainda que de forma indirecta, a questão permite conhecer o grau de satisfação dos portugueses em relação ao uso feito por Jorge Sampaio do seu poder constitucional de dissolver a Assembleia [artigo 133.º, alínea *e*)], exercido quatro meses depois da instabilidade política que acompanhou o governo de Pedro Santana Lopes (PSD), entre Julho e Novembro de 2004. Um número expressivo de entrevistados (68,8%) considerou que o futuro presidente deveria intervir mais, o que pode ser interpretado como um sinal de insatisfação em relação ao desempenho de Jorge Sampaio quanto a esta atribuição. Entre os restantes inquiridos, 28,1% opinaram que o futuro PR deveria ter uma intervenção semelhante à de Sampaio, enquanto 3,1% consideraram que deveria intervir menos.

O quadro n.º 6 mostra os resultados da reanálise do modelo anterior, com uma única diferença: a introdução de duas variáveis *dummy* que estimam o impacto sobre a probabilidade de aprovar o trabalho de Sampaio, ao considerar que o futuro PR deveria intervir mais ou menos. A categoria de referência são os cidadãos que consideravam que o grau de intervenção de Cavaco Silva deveria ser semelhante ao de Sampaio.

Coeficientes de regressão logística (e desvios-padrão) de modelos explicativos da intervenção presidencial e da economia na aprovação do trabalho de Jorge Sampaio

[QUADRO N.º 6]

	P (aprovação do trabalho do PR Jorge Sampaio)	
	Coeficiente	*First difference*
Intervenção		
Próximo PR deveria intervir mais	–1,518*** (0,317)	–18%
Próximo PR deveria intervir menos	–2,023*** (0,571)	–28%
Economia		
Economia actual	0,829 (0,623)	–
Economia retrospectiva	0,876* (0,504)	+14%
Nível de vida actual	0,909 (0,654)	–
Nível de vida retrospectivo	0,293 (0,586)	–

	P (aprovação do trabalho do PR Jorge Sampaio)	
	Coeficiente	***First difference***
Política		
Ideologia	–0,881* (0,470)	–16%
Partido: BE	–0,154 (0,566)	–
Partido: CDS-PP	0,187 (0,534)	–
Partido: CDU-PCP	–0,543 (0,485)	–
Partido: PS	0,378 (0,303)	–
Partido: PSD	0,020 (0,269)	–
Indicadores socioeconómicos		
Mulher	0,061 (0,212)	–
Idade	–0,354 (0,530)	–
Escolaridade	–0,662 (0,558)	–
Classe social	–0,615 (0,496)	–
Desemprego	–0,211 (0,357)	–
Região: Norte	–0,196 (0,255)	–
Região: Centro	–0,120 (0,286)	–
Região: Alentejo	0,103 (0,497)	–
Região: Algarve	–0,141 (0,636)	–
Constante	2,821*** (0,663)	–
N	668	
$-2LL_0$ inicial	666,871	
$-2LL_1$ final	599,005	
$(-2LL_0)-(-2LL_1)$	67,866***	
R^2 Cox & Snell	0,097	
R^2 Nagelkerke	0,153	

* Significativo ao nível 0,10.
** Significativo ao nível 0,05.
*** Significativo ao nível 0,01.

Os resultados mostram que as duas variáveis que traduzem a insatisfação dos inquiridos com o uso feito por Jorge Sampaio dos poderes presidenciais

de intervenção são estatisticamente significativas e tiveram uma influência maior do que a economia sobre a sua popularidade. Um indivíduo médio-modal que considerasse que o futuro PR deveria intervir mais tinha uma probabilidade 18% menor de aprovar o trabalho de Sampaio do que outro que considerasse que o futuro PR deveria ter um grau de intervenção semelhante ao do ex-presidente socialista. Para os que consideravam que o grau de intervenção deveria ser menor, a probabilidade de aprovar o trabalho de Sampaio reduzia-se a uns escassos 28%. Neste modelo, a variável «economia actual» deixa de ser significativa e a «economia retrospectiva» continua a deter o mesmo impacto, ainda que a sua relevância estatística tenha passado do nível 0,05 ao nível 0,10.

CONCLUSÃO

O objectivo deste estudo era revisitar o problema da aplicação da função castigo-recompensa num contexto institucional potencialmente complexo como o do semipresidencialismo português, em que a coexistência de um presidente da República e de um primeiro-ministro poderia dificultar a imputação de responsabilidades pelo estado da economia. Estudos precedentes sobre este assunto haviam concluído que a popularidade de ambas as entidades políticas é afectada pelo estado da economia (Veiga, 1998; Veiga e Veiga, 2004a e 2004b).

Antes de reflectir, contudo, sobre os resultados deste trabalho é importante sublinhar algumas das suas limitações empíricas. Trata-se de um estudo *cross-sectional* que apresenta, portanto, uma capacidade de extrapolação limitada. Serão necessários novos estudos que tomem como referência outros contextos temporais para que as conclusões deste primeiro trabalho possam ser consideradas com maior validade. Além disso, este trabalho não se ocupa das possíveis pressões e responsabilizações que podem dar-se entre o presidente e o primeiro-ministro e que deveriam afectar a popularidade de um, de outro ou de ambos. Esse é um tema interessante, mas cuja solução empírica depende da obtenção de novos dados e está além dos objectivos deste artigo.

Tão-pouco se procurou aqui discutir a relação dinâmica entre o primeiro-ministro, o presidente e a opinião pública em Portugal. O comportamento de cada um desses três actores pode ser (e provavelmente é) a resposta a um contexto real, para o qual contribui a acção de cada um deles. Este ponto reforça a necessidade de se elaborarem estudos adicionais em que se incorporem na análise outros momentos de observação.

Ainda assim, a evidência empírica analisada neste estudo é particularmente interessante para o teste da teoria do voto económico, porque o presidente português detém um conjunto moderadamente importante de atribuições

constitucionais[21] e no momento da aplicação do inquérito tanto o presidente como o primeiro-ministro pertenciam ao mesmo partido, o PS, o que poderia transmitir aos cidadãos a impressão de que estes pertenciam «à mesma equipa», podendo, nessa medida, ser simultaneamente responsabilizados pelas más condições económicas do país. Além disso, no início de 2006, Jorge Sampaio concluía os dez anos do seu mandato, enquanto José Sócrates completava apenas onze meses de governo. Ou seja, o contexto era menos favorável à correcta aplicação da função castigo-recompensa, pois os portugueses poderiam punir ambas as entidades políticas pelas más condições económicas, ainda que a política económica fosse da responsabilidade do chefe do governo, e não do chefe de Estado.

A análise dos dados do inquérito pós-eleitoral de 2006 mostrou que, no final do seu primeiro ano de mandato, o governo de José Sócrates já era fortemente punido pelas más avaliações da economia e pela insatisfação com o nível de vida do agregado familiar dos inquiridos. Por sua vez, a aprovação do trabalho de Jorge Sampaio no final de dez anos de presidência era só marginalmente afectada pela insatisfação com o estado da economia, sendo mais influenciada pela avaliação que os cidadãos faziam em relação ao uso dos seus poderes de intervenção sobre os assuntos políticos do país.

Os resultados aqui apresentados sugerem, portanto, que as instituições do semipresidencialismo português não causam embaraço aos cidadãos nem dificultam a aplicação da função castigo-recompensa prevista pela teoria do voto económico. Mesmo durante um período de governo dual unipartidário, em que o presidente concluía um longo período de gestão e o primeiro-ministro não terminara ainda o seu primeiro ano de mandato, os portugueses puniam o chefe do governo (e não o chefe de Estado) pelas condições económicas.

Entretanto, novos estudos são necessários para conhecer com maior precisão que tipo de contextos institucionais e conjunturas políticas pode dificultar a aplicação da função castigo-recompensa em sistemas semipresidenciais. Por um lado, seria importante ampliar geograficamente o campo de estudo a outras regiões e poliarquias, como a África (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e o Leste europeu (Roménia e Lituânia), onde diferentes culturas políticas e graus de experiência democrática podem permitir o desenvolvimento de novas hipóteses sobre este assunto e testar as já existentes. Por outro lado, a repetição de análises num mesmo país permitiria manter fixas variáveis institucionais (formais e informais) e observar a importância que podem ter factores conjunturais, como, por exemplo, uma liderança carismática ou populista sobre a aplicação da função castigo-recompensa em sistemas semipresidenciais.

[21] É importante frisar também que a reforma de 1982, ao retirar a expressão de confiança das obrigações do presidente lhe deu maior liberdade de acção e de crítica em relação ao primeiro-ministro e ao seu gabinete, permitindo-lhe um espaço de protagonismo no sistema político português.

ANEXO

Variáveis dependentes e independentes e respectivas codificações

Variáveis dependentes	Codificação
Aprovação do PR Jorge Sampaio	1 – aprova (muito bom + bom); 0 – reprova (muito mau + + mau)
Aprovação do PM José Sócrates	1 – aprova (muito bom + bom); 0 – reprova (muito mau + + mau)
Variáveis independentes	
Economia actual	0 – muito mau; 0,25 – mau; 0,5 – nem bom nem mau; 0,75 – bom; 1 – muito bom
Economia retrospectiva	0 – piorou muito; 0,25 – piorou pouco; 0,5 – ficou na mesma; 0,75 – melhorou pouco; 1 – melhorou muito
Nível de vida actual	0 – muito mau; 0,25 – mau; 0,5 – nem bom nem mau; 0,75 – bom; 1 – muito bom
Nível de vida retrospectivo	0 – piorou muito; 0,25 – piorou pouco; 0,5 – ficou na mesma; 0,75 – melhorou pouco; 1 – melhorou muito
Ideologia	0 – esquerda; 1 – direita (variável original/10)
Simpatia partidária	0 – independente; 1 – tem simpatia pelo partido indicado
Mulher	0 – homem; 1 – mulher
Idade	0 – 18 anos; 1 – 90 anos [(variável original-18)/72]
Escolaridade	0 – nenhuma; 1 – pós-graduação completa [(variável original-1)/10]
Classe social	0 – trabalhadora; 0,25 – média-baixa; 0,5 – média; 0,75 – média-alta; 1 – alta [(variável original-1)/4]
Desemprego	0 – não está desempregado; 1 – está desempregado
Região	0 – Lisboa e Vale do Tejo; 1 – a região indicada
Preferência sobre o grau de intervenção do PR em assuntos políticos	0 – semelhante à de Jorge Sampaio; 1 – maior (ou menor), conforme indicado na tabela

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, R. M., NAGLER, J., e WILLETTE, J. R. (2000), «Measuring the relative impact of issues and the economy in democratic elections», in *Electoral Studies,* vol. 19, pp. 237-253.

AMORIM NETO, O. (2006), «A reforma do sistema de governo: rumo ao parlamentarismo ou ao semipresidencialismo?», *in* Gláucio Ary Dillon Soares e Lucio R. Rennó (orgs.), *Reforma Política — Lições da História Recente,* Rio de Janeiro, Editora FGV.

BECK, P., ALLEN, R. J., DALTON, S. G., e HUCKFELDT, R. (2002), «The social calculus of voting: interpersonal, media, and organizational influences on presidential choices», in *American Political Science Review,* vol. 96, pp. 57-73.

DORUSSEN, H., e PALMER, H. D. (2002), «The context of economic voting», *in* H. Dorussen e M. Taylor (eds.), *Economic Voting*, Nova Iorque, Routledge, pp. 1-14.

DOWNS, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy,* Nova Iorque, Harper and Row.

FRAILE, M. (2005), *Cuando la Economía Entre en las Urnas — El Voto Económico en España (1979-1996),* Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

FREIRE, A., e LOBO, M. C. (2005), «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985--2000», in *European Journal of Political Research,* vol. 44, n.º 4, pp. 493-518.

GOODHART, C. A. E., e BHANSALI, R.J. (1970), «Political economy», in *Political Studies,* 18 (1), pp. 43-106.

GÓMEZ FORTES, B., e MAGALHÃES, P. (2005), «As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: participação eleitoral e punição dos governos», in *Análise Social,* vol. XL (177), pp. 891-922.

INE (2007), «Dados estatísticos». Portal do Instituto Nacional de Estatística, www.ine.pt.

KEY, V. O., Jr. (1958), *Politics, Parties, and Pressure Groups,* Nova Iorque, Thomas Y. Crowell Company.

KEY, V. O., Jr. (1966), *The Responsible Electorate. Rationality in Presidential Voting 1936--1960,* Cambridge, Harvard University Press.

KING, G. (1989), *Unifying Political Methodology — The Likelihood Theory of Statistical Inference,* Cambridge, Cambridge University Press.

KRAMER, G. H. (1971), «Short-term fluctuations in U. S. voting behavior, 1986-1964», in *American Political Science Review,* vol. 65, pp. 131-143.

LEWIS-BECK, M. S. (1997), «Who's the chef? Economic voting under a dual executive», in *European Journal of Political Research,* vol. 31, pp. 315-325.

LEWIS-BECK, M. S., e NADEAU, R. (2000), «French electoral institutions and the economic vote», in *Electoral Studies*, vol. 19, pp. 171-182.

LEWIS-BECK, M. S., e PALDAM, M. (2000), «Economic voting: an introduction», in *Electoral Studies,* vol. 19, pp. 113-121.

LIJPHART, A. (2000), *Modelos de Democracia,* Barcelona, Ariel.

LIN, T. (1999), «Historical significance of economic voting, 1872-1996», in *Social Science History,* vol. 23, n.º 4, pp. 561-591.

MARAVALL, J. M. (2003), *El Control de los Politicos*, Madrid, Santillana Ediciones Generales.

MUELLER, J. E. (1970), «Presidential popularity from Truman to Jonson», in *American Political Science Review,* vol. 64, pp. 18-34.

NANNESTAD, P., e PALDAM, M. (1994), «The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years», in *Public Choice,* vol. 79, pp. 213-245.

PALDAM, M. (2003), «Are vote and popularity functions economically correct?», *in* F. Scheneider e C. K. Rowley (eds.), *The Encyclopedia of Public Choice,* vol. I, Edward Elgar, pp. 49-59.

POWELL, G. B., e WHITTEN, G. D. (1993), «A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context», in *American Journal of Political Science,* vol. 37, pp. 391-414.

ROBINSON, W. S. (1950), «Ecological correlations and the behavior of individuals», in *American Sociological Review,* vol. 15, pp. 351-357.

SIAROFF, A. (2003), «Comparative presidencies: the inadequacy of the presidential, semi-presidential and parliamentary distinction», in *European Journal of Political Research,* vol. 42, pp. 287-312.

VEIGA, F. J., e VEIGA, L. G. (2004a), «Popularity functions, partisan effects, and support in parliament», in *Economics & Politics,* vol. 16, pp. 101-115.

VEIGA, L. G., e VEIGA, F. J. (2004b), «Economia, popularidade e intenções de voto em Portugal: uma análise longitudinal com dados agregados», *in* André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

VEIGA, L. G. (1998), «Popularity functions for the Portuguese prime minister, government, parliament and president», in *European Journal of Political Research,* vol. 33, pp. 347--361.

ZALLER, J. R. (1992), *The Nature and Origins of Mass Opinion,* Cambridge, Cambridge University Press.